



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Redução dos resíduos sólidos

Nos últimos anos, o Governo da RAEM tem-se esforçado para resolver o problema dos resíduos sólidos em Macau, por exemplo, implementou, sucessivas leis e políticas, lançou diversos programas de reciclagem e criou vários pontos de recolha selectiva na comunidade, para encorajar os residentes a cultivar o hábito cívico de redução dos resíduos e reciclagem de recursos, e tendo em conta a situação, melhorou ainda as respectivas infraestruturas, por exemplo, construiu a zona de aterro de cinzas volantes e a nova estação de tratamento de resíduos especiais e perigosos, criando-se assim condições para a construção de uma cidade verde.

Atendendo à política nacional de redução de carbono, este ano, as autoridades divulgaram o “Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2021-2025)”, o qual tem por objectivo convidar a população a colaborar e praticar, efectivamente, actos ambientais. A meu ver, o trabalho de sensibilização e educação sobre a “redução de resíduos a partir da fonte, reciclagem de resíduos recuperáveis” já está em curso há 20 anos, mas, os efeitos das medidas, como a recolha de resíduos recicláveis separados por três cores, continuam a ser insatisfatórios, e têm ainda grande espaço para melhorais, em comparação com as implementadas no interior da China, nomeadamente, a reciclagem inteligente de recursos e o regime de prémios e incentivos à reciclagem. O Interior da China implementou a política proibição de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

resíduos, que proíbe totalmente a entrada de materiais residuais oriundos do exterior, e os recursos de solos em Macau são limitados, por isso, entendemos que o Governo tem muitas dificuldades no tratamento de resíduos sólidos.

Quanto aos trabalhos de redução de resíduos sólidos urbanos, as autoridades, para além de fazerem bem o planeamento geral, devem também reforçar a comunicação com as suas homólogas do Interior da China, por forma a encontrar uma saída, e mais, devem continuar a promover a educação e a sensibilização, elaborar diplomas legais e incentivar a população a utilizar materiais e processos amigos do ambiente, com vista a resolver o problema através de vários meios.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. Quais são as despesas anuais com as infra-estruturas ambientais para o tratamento de resíduos sólidos e com o apoio financeiro concedido à Companhia de Sistemas de Resíduos, Lda.? As autoridades devem organizar os referidos dados e divulgá-los, para a população ficar a par do montante do erário público que é gasto por quilograma de resíduos sólidos tratados, permitindo-lhe ficar a saber, efectivamente, que, com a redução da quantidade de resíduos sólidos descartados, esse montante possa ser utilizado nas áreas da educação, dos serviços sociais e das outras relacionadas com a sua vida, o que é mais benéfico para o bem-estar a longo prazo da população. Isto vai ser feito?
2. O Regime de gestão de resíduos de materiais de construção entrou em vigor há cerca de dois anos. De acordo com o respectivo Despacho do Chefe do



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Executivo, pelo despejo de resíduos de materiais de construção no aterro para resíduos de materiais de construção é devido o pagamento de taxas de despejo, calculadas em função da natureza e do peso dos resíduos a despejar. Qual é então o ponto de situação da respectiva execução? As autoridades devem divulgar, periodicamente, as receitas provenientes das referidas taxas, para conhecimento da sociedade. Vão fazê-lo? Tendo em conta a situação actual, será que esta medida de cobrança está em conformidade com os custos-benefícios no âmbito da redução de carbono?

3. Segundo as autoridades, nos projectos de construção a realizar na zona A dos novos aterros, vão ser introduzidos modelos de construção ecológicos, e vão ser utilizados elementos pré-fabricados e cofragens metálicas. Vai ser adoptada a construção pré-fabricada na Zona A, portanto, há algum critério para a proporção dos elementos pré-fabricados? Que meta é que este modelo de construção pode atingir para a redução de carbono? As autoridades devem lançar mais medidas para promover a boa gestão de resíduos no sector da construção civil, com vista a diminuir a produção de resíduos de construção. Vão fazê-lo?

1 de Novembro de 2022

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Leong Hong Sai